

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	56
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	58
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	59
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	517.368.721
Preferenciais	522.286.437
<b>Total</b>	<b>1.039.655.158</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
1	Ativo Total	4.962.884	5.015.791
1.01	Ativo Circulante	825.691	917.694
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.835	46.907
1.01.02	Aplicações Financeiras	362.504	408.875
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	362.504	408.875
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	362.504	408.875
1.01.03	Contas a Receber	291.343	289.714
1.01.03.01	Clientes	285.814	283.815
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.529	5.899
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	5.529	5.899
1.01.04	Estoques	124.855	130.523
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.566	28.269
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	22.566	28.269
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.588	13.406
1.01.08.03	Outros	14.588	13.406
1.02	Ativo Não Circulante	4.137.193	4.098.097
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.086.148	1.065.924
1.02.01.04	Contas a Receber	20.333	22.416
1.02.01.04.01	Clientes	20.333	22.416
1.02.01.07	Tributos Diferidos	52.707	53.326
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	52.707	53.326
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.013.108	990.182
1.02.01.10.03	Depósitos dado em Garantia	108.965	108.598
1.02.01.10.04	Ativo Financeiro Municipalizado	5.193	5.193
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro de Contrato	860.443	830.929
1.02.01.10.06	Direito de Uso de Bens	38.507	45.462
1.02.02	Investimentos	34	34
1.02.02.01	Participações Societárias	34	34
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	34	34
1.02.03	Imobilizado	59.233	60.935
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	59.233	60.935
1.02.04	Intangível	2.991.778	2.971.204
1.02.04.01	Intangíveis	2.991.778	2.971.204
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.717.036	1.672.527
1.02.04.01.02	Ativo de Contrato	1.274.742	1.298.677

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
2	Passivo Total	4.962.884	5.015.791
2.01	Passivo Circulante	701.221	733.898
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	81.184	81.878
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.771	20.806
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	64.413	61.072
2.01.02	Fornecedores	78.875	102.919
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	78.875	102.919
2.01.03	Obrigações Fiscais	67.393	77.873
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	66.709	77.170
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	22.811	24.422
2.01.03.01.02	REFIS	2.200	4.367
2.01.03.01.03	COFINS	9.846	20.050
2.01.03.01.04	COFINS Parcelamento	22.945	17.573
2.01.03.01.05	Outros	8.907	10.758
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	684	703
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	369.458	366.862
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	163.366	163.064
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	71.736	73.567
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	91.630	89.497
2.01.04.02	Debêntures	182.285	175.686
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	23.807	28.112
2.01.05	Outras Obrigações	14.287	14.843
2.01.05.02	Outros	14.287	14.843
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	12.053	12.053
2.01.05.02.07	Outros	2.234	2.790
2.01.06	Provisões	90.024	89.523
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	90.024	89.523
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	90.024	89.523
2.02	Passivo Não Circulante	2.215.487	2.278.315
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.764.006	1.825.549
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	764.737	787.114
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	311.461	320.869
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	453.276	466.245
2.02.01.02	Debêntures	979.127	1.016.905
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	20.142	21.530
2.02.02	Outras Obrigações	161.415	139.649
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	43.650	41.038
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	43.650	41.038
2.02.02.02	Outros	117.765	98.611
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	96.323	77.169
2.02.02.02.04	Receita Diferida	18.266	18.266
2.02.02.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	3.176	3.176
2.02.03	Tributos Diferidos	59.579	60.901
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	59.579	60.901
2.02.04	Provisões	230.487	252.216

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	230.487	252.216
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.821	12.002
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	94.363	115.896
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	65.292	65.307
2.02.04.01.05	Plano Previdenciário - Déficit Atuarial	59.011	59.011
2.03	Patrimônio Líquido	2.046.176	2.003.578
2.03.01	Capital Social Realizado	1.224.547	1.224.547
2.03.02	Reservas de Capital	120.000	120.000
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	120.000	120.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	77.894	78.424
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	77.894	78.424
2.03.04	Reservas de Lucros	541.051	541.051
2.03.04.01	Reserva Legal	37.425	37.425
2.03.04.10	Reserva para Fundo de Investimentos	503.626	503.626
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	45.164	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	71.150	73.186
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-33.630	-33.630

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	463.016	404.575
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-241.690	-228.970
3.03	Resultado Bruto	221.326	175.605
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-105.509	-88.315
3.04.01	Despesas com Vendas	-31.692	-24.152
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-76.390	-64.604
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.857	724
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-284	-283
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	115.817	87.290
3.06	Resultado Financeiro	-51.111	-41.918
3.06.01	Receitas Financeiras	15.781	6.741
3.06.02	Despesas Financeiras	-66.892	-48.659
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	64.706	45.372
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.108	-15.413
3.08.01	Corrente	-22.811	-12.371
3.08.02	Diferido	703	-3.042
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	42.598	29.959
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	42.598	29.959
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,03921	0,03012
3.99.01.02	PN	0,04272	0,03296

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	42.598	29.959
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.565	2.567
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	3.886	3.889
4.02.04	Realização dos Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-1.321	-1.322
4.03	Resultado Abrangente do Período	45.163	32.526

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	62.027	56.297
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	86.789	67.096
6.01.01.02	Lucro do Exercício	42.598	29.959
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	40.937	31.736
6.01.01.04	Depreciação - Credito de Tributos	2.664	2.338
6.01.01.05	IR e CSLL Diferidos	-703	3.042
6.01.01.06	Provisão para Contingências	-196	0
6.01.01.07	Alienação do Imobilizado	227	76
6.01.01.08	AVP Direito de Uso de Bem	1.262	-55
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-24.762	-10.799
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	84	-1.566
6.01.02.02	Partes Relacionadas	2.983	-2.156
6.01.02.03	Estoques	5.668	-10.209
6.01.02.04	Depósitos dados em garantia	-366	1.486
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	5.703	44.406
6.01.02.06	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias e participações	-694	468
6.01.02.07	Tributos a Recolher	8.674	-43.062
6.01.02.08	Plano de Demissão Voluntária Incentivada	-21.032	-21.520
6.01.02.09	Fornecedores	-24.044	23.268
6.01.02.20	Outros	-1.738	-1.914
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-92.215	-102.478
6.02.01	Adições no Imobilizado e Intangível	-92.215	-102.478
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-53.255	69.989
6.03.01	Adições nos Empréstimos e Financiamentos	19.941	111.567
6.03.02	Amortização dos Empréstimos e Financiamentos	-73.196	-41.578
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-83.443	23.808
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	455.782	52.340
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	372.339	76.148



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.224.547	623.626	37.425	0	117.980	2.003.578
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.224.547	623.626	37.425	0	117.980	2.003.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	42.598	0	42.598
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	42.598	0	42.598
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	2.566	-2.566	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	3.886	-3.886	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.321	1.321	0
5.06.04	Outros Ajustes	0	0	0	1	-1	0
5.07	Saldos Finais	1.224.547	623.626	37.425	45.164	115.414	2.046.176

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.118.641	543.798	34.887	0	163.585	1.860.911
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.118.641	543.798	34.887	0	163.585	1.860.911
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	29.959	0	29.959
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.959	0	29.959
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	2.568	-2.568	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	3.889	-3.889	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.322	1.322	0
5.06.04	Outros Ajustes	0	0	0	1	-1	0
5.07	Saldos Finais	1.118.641	543.798	34.887	32.527	161.017	1.890.870

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
7.01	Receitas	499.557	438.146
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	510.945	447.056
7.01.02	Outras Receitas	2.574	441
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-13.962	-9.351
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-161.304	-160.441
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-86.961	-96.968
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-69.902	-59.800
7.02.04	Outros	-4.441	-3.673
7.03	Valor Adicionado Bruto	338.253	277.705
7.04	Retenções	-50.656	-38.654
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-43.601	-34.074
7.04.02	Outras	-7.055	-4.580
7.04.02.01	Amortização de direito de uso de bens	-7.055	-4.580
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	287.597	239.051
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.781	6.742
7.06.02	Receitas Financeiras	15.781	6.742
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	303.378	245.793
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	303.378	245.793
7.08.01	Pessoal	105.457	90.232
7.08.01.01	Remuneração Direta	74.511	67.431
7.08.01.02	Benefícios	23.993	17.561
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.652	5.112
7.08.01.04	Outros	1.301	128
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	88.431	76.942
7.08.02.01	Federais	88.313	76.824
7.08.02.02	Estaduais	105	105
7.08.02.03	Municipais	13	13
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	66.892	48.660
7.08.03.01	Juros	58.859	51.421
7.08.03.03	Outras	8.033	-2.761
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	-273	-3.441
7.08.03.03.02	Outras Despesas de Financiamentos	21	680
7.08.03.03.03	Multas e acréscimos moratórios	8.285	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	42.598	29.959
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	42.598	29.959



## Comentário do Desempenho

### Desempenho do 1º Trimestre 2024 - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN

#### 1. INTRODUÇÃO

A prioridade número um é desenvolver seus serviços, traduzidos em sua missão: “Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável”, em todos municípios onde opera.

Um desafio importante para a Companhia, é fazer a expansão até atingir a “universalização” dos sistemas de esgotamento sanitário a fim de cumprir os prazos estabelecidos pelos contratos com municípios e da Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

#### 2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

Demonstramos abaixo alguns indicadores operacionais da companhia no final do 1º trimestre de 2024:

Discriminação	31/03/2024	31/03/2023	Variação	Δ%
Ligações de Água	848.308	832.376	15.932	1,91%
Ligações de Esgoto	144.939	136.425	8.514	6,24%
Unidades Autônomas de Água	1.274.916	1.243.942	30.974	2,49%
Unidades Autônomas de Esgoto	366.107	344.539	21.568	6,26%
População. Abast. c/ Água	2.676.813	2.679.808	2.995	-0,11%
Índice de Abast. De Água	96,09%	99,01%	0	-2,95%
População. Atendida c/Esgoto	825.297	885.591	60.294	-6,81%
Índice de Abast. De Esgoto	29,63%	33,05%	0	-10,35%
Número de Empregados	2.565	291	60	-2,29%
Ligações (A+E) /Empregados	371,86	40	3	0,76%
Disp. Pessoal/Rec. Operac. Líquida	27,27%	2.625	0,35%	1,32%

Destaca-se que a queda observada no atendimento de água e esgoto se deve aos ajustes causados pelo Censo 2022, que foi feito de forma prévia com publicação geral do Censo 2022.

#### 3. INVESTIMENTOS

A preocupação com o atendimento à população do Estado e o compromisso com a melhoria da qualidade de vida das pessoas no que se refere ao abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários levou a Companhia a seguir o seu plano de investimentos e aplicar até março de 2024 o montante de R\$92 milhões.

## Comentário do Desempenho



## 4. ANÁLISE DO DESEMPENHO ATÉ O TRIMESTRE

### ATIVO E PASSIVO – em comparação com DFP de 2023

#### Ativo Circulante

O comportamento de queda de 10% em relação a dezembro, em conjunto com a baixa da liquidez corrente para 118% de deve pelo consumo de caixa com amortização das debêntures e da JICA, além dos compromissos com novas obras através dos fornecedores. A Companhia trabalha para, já no próximo trimestre, melhorar o resultado deste índice.

#### Ativo não Circulante - Investimentos

Verificou-se um acréscimo de 2% nas rubricas do ativo realizável a longo prazo e "permanente", decorrente principalmente de novas obras nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A conta Ativo de Contrato (Obras em andamento) obteve decréscimo de 2% correspondente à imobilizações de obras.

#### Passivo Circulante

Verificou-se uma queda de 4% em relação a dezembro de 2023. Contribuiu para isso a conta de Fornecedores e Empreiteiros, com uma redução de 23%, causado pelos



## Comentário do Desempenho

pagamentos das despesas do final do mês de março serem transferidos para abril, causado pelos feriados serem nos últimos dias do mês.

### Passivo Não Circulante

Verificou-se uma queda de 3% do total. As rubricas que mais contribuíram para essa variação foram as de Arrendamento mercantil e PDVI, com quedas de 6% e 19%, respectivamente, decorrentes de pagamentos de aluguéis e reclassificação do longo prazo para o curto prazo, respectivamente.

## RESULTADO

### Receita Operacional Bruta

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, as receitas apresentaram um aumento de 14%, ocasionado principalmente pelo reajuste tarifário ocorrido em julho/2023 de 6,35% e do crescimento da base de clientes.

	1º ITR 2024	1º ITR 2023	Variação	Variação %
Tarifas de água	396.425	348.855	47.570	13,64%
Tarifas de esgoto	108.747	93.717	15.030	16,04%
Outras	5.773	4.484	1.289	28,75%
<b>Total</b>	<b>510.945</b>	<b>447.056</b>	<b>63.889</b>	<b>14,29%</b>

### Custos e Despesas dos Serviços Prestados

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, os custos e despesas dos Serviços Prestados apresentaram um acréscimo de 10% em comparação com o mesmo período de 2023, decorrente do aumento das despesas com pessoal e crescimento da base de amortização.

	1º ITR 2024	1º ITR 2023	Variação	Variação %
Pessoal	126.275	108.905	17.370	16%
Materiais	28.830	32.291	-3.460	-11%
Serviços de Terceiros	90.394	91.701	1.306	-1%
Gerais	42.320	39.163	3.157	8%
Depreciação/Amortização	61.953	45.668	16.286	36%
<b>Total</b>	<b>349.772</b>	<b>317.726</b>	<b>32.046</b>	<b>10%</b>



## Comentário do Desempenho

### Resultado Financeiro

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, ocorreu um aumento de 22% do resultado financeiro, decorrente do aumento das receitas financeiras, foi decorrente de ganhos com aplicações financeiras.

	<b>1º ITR 2024</b>	<b>1º ITR 2023</b>	<b>Variação</b>	<b>Variação %</b>
Receitas financeiras	15.781	6.741	9.040	134%
Despesas financeiras	(66.892)	(48.659)	(18.233)	37%
<b>Total</b>	<b>(51.111)</b>	<b>(41.918)</b>	<b>(9.193)</b>	<b>22%</b>

### Lucro Líquido do Exercício

Em 31 de março de 2024 apurou-se Lucro na Companhia, no montante de R\$42,5 milhões, sendo 42% superior ao mesmo período do ano de 2023. Apesar do aumento sutil dos custos, despesas operacionais e das despesas financeiras, a elevação das receitas operacionais refletiu o aumento do resultado período.

## Notas Explicativas



# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de março de 2024, em milhares de Reais

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma empresa pública de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento, por meio de contratos de programas e de convênios, sendo os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais e concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente a uma população residente de mais de 2,7 milhões de pessoas (39% da população do estado de Santa Catarina), em 193 municípios catarinenses (66% dos municípios) e 1 paranaense.

A Companhia também fornece água no atacado para outros quatro municípios clientes, operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 200 mil pessoas.

Dos 194 municípios onde presta os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, 181 possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor e 12 municípios estão com os Contratos vencidos, sendo que dos 181 municípios que possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor, em 168 foram inseridas as metas de universalização previstas na Lei Federal nº 11.445/2007 e representam aproximadamente 88,5% do faturamento da Companhia.

Nos demais municípios (26) a Companhia permanece operando e realizando as ações de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços, até que os municípios adotem as medidas de sua responsabilidade, previstas na legislação, para a regularização da concessão dos serviços.

Considerando a Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

A Companhia também aguarda a regulamentação da prestação regionalizada do saneamento em Santa Catarina, a fim de oportunizar novas formas de atendimento, contratualização e expansão da sua atuação no Estado.

No quadro abaixo está demonstrado o quantitativo de municípios que terão o prazo de vencimento dos Contratos de Programa ou Convênios expirados, por ano:



ANO DE VENCIMENTO DOS CONTRATOS VIGENTES – Nº DE MUNICÍPIOS							
2024	6	2032	3	2042	12	2050	8
2025	13	2034	7	2043	14	2052	1
2026	5	2035	2	2044	7	2053	1
2027	2	2036	18	2045	3	2055	1
2028	11	2038	3	2046	8	2056	2
2029	4	2039	1	2047	5	2065	2
2030	12	2040	3	2048	11		
2031	1	2041	2	2049	13		

### Total de 181 municípios

A CASAN tem trabalhado no desenvolvimento dos projetos e execução das obras que visam o cumprimento dos Contratos de Prestação de Serviços e as metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 e da Lei 14.026 de 15 de julho de 2020.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Seguem ainda as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração

A emissão das presentes demonstrações contábeis foram autorizadas pela Administração da Companhia em 02 de maio de 2024.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;
- O ativo atuarial de benefício definido-BD é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, sendo a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações do exercício segundo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 14 – Ativo fiscal diferido

Nota 15 – Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado

Nota 20 – Provisão para contingências

Nota 21 – Benefícios a empregados

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia. As principais práticas e políticas contábeis materiais, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

### 3.1. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.



## Notas Explicativas

### 3.2. Instrumentos financeiros

#### Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação onde a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

#### Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos conforme a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

#### Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº 13.

#### Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação onde a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

## Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

### 3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

### 3.4. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas.

### 3.5. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

### 3.6. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos, os mesmos são então bifurcados entre ativo financeiro de contrato e ativo intangível.

### 3.7. Imobilizado e Intangível

#### Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e Intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação/amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

## Notas Explicativas

Quando partes de um item têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado ou intangível.

Ganhos e perdas na alienação de um item são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

### Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado ou intangível é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### Depreciação ou amortização

Calculada sobre o valor depreciável ou amortizável de um bem, sendo o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos do imobilizado não são depreciados.

## **3.8. Capital Social**

- Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Dão direito a voto.
- Ações preferenciais: O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Possuem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

## **3.9. Redução ao valor recuperável – *Impairment***

### Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.



## Notas Explicativas

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos, que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável, relacionadas às UGCs, são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável, reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como unidade geradora de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, devido às suas características peculiares;

## Notas Explicativas

- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico de 2023 avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

### 3.10. Benefícios a empregados

#### Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações do exercício para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda onde os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em

## Notas Explicativas

que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

### Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI – Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações do exercício, então eles são descontados aos seus valores presentes.

### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## **3.11. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

## **3.12. Receita por serviços prestados**

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e





## Notas Explicativas

- iii. é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

### 3.13. Receita de Construção

A concessionária deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção dos bens vinculados à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado.

A margem de construção adotada pela Companhia é estabelecida como sendo igual a zero, ou seja, margem nula.

### 3.14. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

### 3.15. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

### 3.16. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

### 3.17. Imposto de renda e contribuição social

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil. A Contribuição Social do exercício corrente e a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

## Notas Explicativas

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações do exercício.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### 3.18. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

### 3.19. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

A Companhia possui dois segmentos de negócios identificáveis, apresentados por serviços de água e de esgotamento sanitário. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

### 3.20. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### 3.21. Direito de Uso – Arrendamento

Os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações contábeis da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se esses contêm ou não arrendamento conforme o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia descontou os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

## Notas Explicativas

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada, com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

- i. se teriam ocorrido ajustes por remensuração;
- ii. qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;
- iii. juros incorridos no período (ajuste a valor presente);
- iv. PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2028, conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

MATURIDADE DOS CONTRATOS		
VENCIMENTO DAS PRESTAÇÕES	ANO 2024	ANO 2023
2024	23.068	30.404
2025	15.662	15.016
2026	6.353	6.078
2027	1.067	1.010
2028	712	674

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil estão representados da seguinte forma:

ATIVO	31/12/ 2023	Revisão / novos contratos	Baixas	Depreciação	31/03/ 2024
Direito de uso, Contratos de Arrendamento	45.462	-	-	(6.955)	38.507
PASSIVO	31/12/ 2023	Revisão / novos contratos	Amorti- zação	Ajuste a valor presente	31/03/ 2024
Contratos de Arrendamento Mercantil	49.642	110	(5.803)	-	43.949
<b>Circulante</b>	<b>28.112</b>				<b>23.807</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>21.530</b>				<b>20.142</b>

## 4. GERENCIAMENTO DE RISCO

### 4.1. Gestão de Risco Financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes fatores de riscos financeiros:

#### Risco de Liquidez

Risco definido como a possibilidade de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, ou mesmo de ter de arcar com custos adicionais para fazê-lo devido à escassez de recursos financeiros suficientes na data estabelecida para cada dívida,

## Notas Explicativas

tendo em vista como consequência os descasamentos entre fluxos de pagamento e de recebimentos.

O monitoramento da liquidez será baseado, principalmente, nas projeções de fluxo de caixa da Companhia por no mínimo 12 meses, considerando receitas e despesas operacionais e de custeio, geração de caixa operacional, serviço da dívida, desembolso CAPES e possíveis alterações e sazonalidades.

As estratégias para mitigar o risco de liquidez são manter o CMO – caixa mínimo operacional e garantir linhas de crédito disponíveis para o gerenciamento das operações e do fluxo de caixa.

### **Risco de crédito**

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

### **Risco de mercado**

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela CASAN;

### **Risco Financeiro**

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

## Notas Explicativas

**Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros**

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em torno de 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito (dos juros calculados a taxa projetada para o período de doze meses ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro), seria o demonstrado a seguir:

Indexador	04/2024 a 03/2025	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%	
<b>Projeção dos Juros</b>	<b>196.774</b>	<b>221.371</b>	<b>172.169</b>	<b>245.968</b>	<b>147.567</b>	<b>295.162</b>	<b>98.368</b>	
CAIXA	UPR	15.697	17.659	13.735	19.621	11.773	23.546	7.849
BNDES	URTJLP	75	84	57	94	42	113	19
Debêntures Simples	CDI	132.406	148.956	115.855	165.507	99.304	198.609	66.203
Debêntures Incentivada	IPCA	26.973	30.344	23.601	33.716	20.229	40.459	13.486
Banco Safra	CDI	1.394	1.568	1.220	1.743	1.046	2.091	697
Banco do Brasil	CDI	13.654	15.361	11.947	17.068	10.241	20.481	6.827
ABC	CDI	6.576	7.398	5.754	8.220	4.932	9.864	3.288
	<i>CDI</i>	<i>10,65</i>	<i>11,98125</i>	<i>9,31875</i>	<i>13,3125</i>	<i>7,9875</i>	<i>15,975</i>	<i>5,325</i>
	<i>IPCA</i>	<i>0,83</i>	<i>0,93</i>	<i>0,73</i>	<i>1,04</i>	<i>0,62</i>	<i>1,25</i>	<i>0,42</i>
	<i>UPR</i>	<i>22,5498</i>	<i>25,3686</i>	<i>19,7311</i>	<i>28,1873</i>	<i>16,9124</i>	<i>33,8248</i>	<i>11,2749</i>
	<i>URTJLP</i>	<i>2,0902</i>	<i>2,3515</i>	<i>1,8289</i>	<i>2,6128</i>	<i>1,5677</i>	<i>3,1353</i>	<i>1,0451</i>

**Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio**

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em torno de 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

Moeda	31/03/2024	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%	
<b>Passivo Financeiro</b>	<b>544.905</b>	<b>613.018</b>	<b>476.792</b>	<b>681.131</b>	<b>408.679</b>	<b>817.358</b>	<b>272.453</b>	
AFD	Euro	192.038	216.043	168.033	240.048	144.029	288.057	96.019
JICA	Ien	352.867	396.975	308.759	441.084	264.650	529.301	176.434
	<i>Cotação Euro</i>	<i>5,3979</i>	<i>6,0726</i>	<i>4,7232</i>	<i>6,7474</i>	<i>4,0484</i>	<i>8,0968</i>	<i>2,6989</i>
	<i>Cotação Ien</i>	<i>0,0330</i>	<i>0,03714</i>	<i>0,0289</i>	<i>0,0413</i>	<i>0,02476</i>	<i>0,0495</i>	<i>0,0165</i>

A Política de Gestão de Riscos Financeiros e Aplicações de Recursos da Companhia está disponível no site de relação com investidores.

## Notas Explicativas

### 4.2. Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da companhia é de assegurar sua capacidade de continuidade para suportar seus investimentos e oferecer retorno aos seus acionistas. A companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros).

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme tabela a seguir:

	31/03/2024	31/12/2023
Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	2.089.515	2.142.769
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(9.835)	(46.907)
(-) Aplicações Financeiras e Títulos (nota 8)	(362.504)	(408.875)
Dívida Líquida	1.717.176	1.686.987
Total do Patrimônio Líquido	2.003.578	2.003.578
Capital Total	4.093.093	4.146.347
Índice de Alavancagem	42%	41%
Participação de Capital Próprio	49%	48%

### 4.3. Instrumentos Financeiros

Empréstimos e financiamentos: o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia são:

	Valor Contábil = Valor Justo	
	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.835	46.907
Aplicações Financeiras e Títulos	362.504	408.875
Contas a Receber de clientes (líquido de PDD)	306.147	306.231
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional	(1.544.609)	(1.587.027)
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira	(544.906)	(555.742)

## Notas Explicativas

### Considerações gerais:

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

## 5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

### 5.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

### 5.2. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período, o que



## Notas Explicativas

sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

### 5.3. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº20. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

### 5.4. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas-chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 21.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

## 6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui dois segmentos operacionais que são relacionados ao tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. As políticas contábeis utilizadas para determinar as informações por segmento são as mesmas utilizadas para preparar as demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia analisa as informações de ativos e passivos de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre ativos e passivos de forma segregada, a exceção das mencionadas nessas notas explicativas, como a nota 15 relacionada ao INTANGÍVEL, ATIVO DE CONTRATO E IMOBILIZADO.

As informações dos segmentos operacionais, utilizados para a tomada de decisões estratégicas e revisados pela Diretoria Executiva, são os seguintes:

## Notas Explicativas

## Receita Operacional e Resultado:

	31/03/2024		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	402.183	108.762	510.945
Deduções da receita bruta	(37.786)	(10.143)	(47.929)
<b>Receita líq. vendas e dos serviços prestados</b>	<b>364.397</b>	<b>98.619</b>	<b>463.016</b>
Amortização operacional			(32.351)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(209.339)
<b>Lucro bruto</b>			<b>221.326</b>
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(108.082)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			2.573
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>			<b>115.817</b>

	31/03/2023		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	353.320	93.736	447.0596
Deduções da receita bruta	(33.543)	(8.938)	(42.481)
<b>Receita líq. vendas e dos serviços prestados</b>	<b>319.777</b>	<b>84.798</b>	<b>404.575</b>
Amortização operacional			(29.463)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(199.507)
<b>Lucro bruto</b>			<b>175.605</b>
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(88.756)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			441
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>			<b>236.213</b>

\*Receitas e Custos apresentados líquidos das Receitas e Custos de Construção.

## Receita Operacional por Superintendência:

	31/03/2024		31/03/2023	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Metropolitana	179.600	73.519	160.500	63.670
Sul/Serra	74.038	15.597	63.992	13.598
Oeste	84.635	13.944	73.149	12.070
Norte/Vale	63.910	5.702	55.679	4.398
<b>Total</b>	<b>402.183</b>	<b>108.762</b>	<b>353.320</b>	<b>93.736</b>

## Receita Operacional por Município:

	31/03/2024		31/03/2023	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Florianópolis	95.467	55.770	87.254	48.248
Chapecó	23.485	9.160	20.226	8.259
Criciúma	26.877	11.025	24.028	9.553
Rio do Sul	9.371	311	8.626	-
São José	37.635	14.351	33.748	12.829
Outros	209.348	18.145	179.438	14.847
<b>Total</b>	<b>402.183</b>	<b>108.762</b>	<b>353.320</b>	<b>93.736</b>

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem bens numerários e depósitos bancários livres para uso imediato, como segue abaixo:

	31/03/2024	31/12/2023
Bens numerários	-	-
Bancos	9.835	46.907
<b>Total Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>9.835</b>	<b>46.907</b>

## 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS

Em 31 de março de 2024, o montante de R\$362.504 (R\$408.875 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas, sem destinação específica no seu uso.

### 8.1. Política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos

Foi aprovada em 14 de dezembro de 2023 a política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos que instituiu diretrizes e competências que devem ser observadas pela Companhia, por todos os empregados e administradores.

### 8.2. Reconhecimento de perda em investimento

Em 2018 a CASAN possuía cotas nos Fundos de Investimentos Florença e Fromage, recebidos em dação de pagamento de um acordo extrajudicial. Em 2019 as cotas foram centralizadas no fundo Fromage. Posteriormente o fundo foi avaliado a valor zero e a Companhia reconheceu a perda patrimonial de aproximadamente R\$14 mi, que foi baixado contabilmente ao reconhecer o ajuste a valor justo em dezembro de 2020 e em 2021 ocorreu a liquidação do fundo, resultando na conversão das cotas de participação na investida, quando passou a CASAN a ser titular do capital social da empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios.

Em razão dessa perda, a CASAN realizou uma auditoria internamente, processo de sindicância e Tomada de Contas Especial, bem como encaminhou o processo ao Tribunal de Contas (sob o nº TCE 22/00496456) e à Comissão de Valores Mobiliários, o qual tramita sob o nº 19957.013002/2022-10, e se encontram em fase de apresentação de defesas.

A empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios, é uma sociedade anônima de capital fechado, a qual não é dirigida atualmente pela CASAN.

A Companhia deseja realizar a alienação da participação da CASAN, e está em tratativas para prosseguir com esse procedimento de venda.

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	31/03/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>		
Consumidores finais	259.564	254.566
Entidades públicas	26.247	27.429
Consumo a faturar	77.911	75.521
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa PCLD	(77.908)	(73.701)
<b>Total Circulante</b>	<b>285.814</b>	<b>283.815</b>
<b>Não circulante</b>		
Consumidores finais	13.129	14.924
Entidades públicas	7.204	7.492
Créditos reconhecidos como perdas	326.494	316.742
(-) Perdas reconhecidas	(326.494)	(316.742)
<b>Total Não circulante</b>	<b>20.333</b>	<b>22.416</b>
<b>Total Contas a Receber de Clientes</b>	<b>306.147</b>	<b>306.231</b>

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de março de 2024, segregadas por categoria e pela faixa de idade dos saldos:

CATEGORIA	A vencer	< 90 dias	> 90 dias e < 180 dias	> 180 dias e < 720 dias	> 720 dias	Total
Comercial	26.304	6.081	1.730	11.652	36.463	82.230
Industrial	4.055	616	145	1.092	5.917	11.825
Pública	18.976	4.371	3.622	16.900	107.139	151.008
Residencial	104.895	46.050	11.391	48.263	176.975	387.574
Consumo a faturar	77.911	-	-	-	-	77.911
	232.141	57.118	16.888	77.907	326.494	710.548
PCLD	-	-	-	(77.907)	(326.494)	(404.401)
<b>Total Contas a Receber</b>	<b>232.141</b>	<b>57.118</b>	<b>16.888</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>306.147</b>

## Notas Explicativas

## 10. ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

	31/03/2024	31/12/2023
<b>Total Estoques, Materiais em almoxarifado</b>	<b>124.855</b>	<b>130.961</b>

## 11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

	31/03/2024	31/12/2023
Imposto de Renda a compensar	10.161	16.441
Contribuição Social a compensar	3.726	6.132
Impostos retidos a recuperar	8.325	5.161
Outros	354	535
<b>Total</b>	<b>22.566</b>	<b>28.269</b>

## 12. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas.

Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

	31/03/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores	7.628	8.442
Convênios com prefeituras	638	638
Adiantamentos a empregados	4.275	2.066
Pagamentos reembolsáveis	1.123	1.342
Outros créditos	924	918
<b>Total</b>	<b>14.588</b>	<b>13.406</b>

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parcerização para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

## 13. ATIVOS FINANCEIROS

### 13.1. Ativos Financeiros de Contrato

A Companhia registra os valores dos ativos operacionais que possuem vida útil superior ao prazo dos contratos de programa e que conseqüentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato.

Estes valores foram reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

A Companhia possui, em 31 de março de 2024, R\$860.443 (R\$830.929 em 31 de dezembro de 2023) como ativo financeiro indenizável (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões.

Abaixo demonstramos a movimentação do Ativo Financeiro de Contrato:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Ajustes	Saldo em 31/03/2024
Ativos Financeiros de Contrato	830.929	66.156	(36.642)	860.443

### 13.2. Ativo Financeiro de Municipalizados

Até 31 de março de 2024 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Financeiro) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ativos Financeiros	Saldo Contábil Inicial	12,5% a.a.	Nº anos restantes	Ajustes até 2022	Saldo Contábil 31/03/2024
Morro da Fumaça	4.438	554	2	3.328	1.110
Bombinhas	6.933	883	1	6.050	883
Ilhota	1.498	188	1	1.310	188
Princesa	189	24	2	142	47
Guabiruba	2.062	258	2	1.547	515
Videira	9.798	1.225	2	7.348	2450
<b>Total</b>	<b>24.918</b>	<b>3.132</b>		<b>19.725</b>	<b>5.193</b>

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 de março de 2024.

Em milhares de reais



## Notas Explicativas

Segue abaixo demonstrativo com valor histórico, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial	Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Ilhota	2017	2.215
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Itajaí	2005	30.000
Itapoá	2007	3.469	Joinville	2005	135.000
Imbituba	2014	25.037	Papanduva	2005	800
Massaranduba	2010	2.486	Três Barras	2011	2.281
Meleiro	2009	571	Timbó	2005	5.000
Palhoça	2007	10.000	Itapema	2005	4.000
Penha	2012	8.896	São José do Cedro	2014	3.584
Praia Grande	2013	1.078	Lages	2005	110.000
Presidente Getúlio	2010	4.536	Garuva	2012	475
São João Batista	2005	1.900	Gravatal	2015	8.308
Bombinhas	2017	7.100	Videira	2018	9.000
Princesa	2017	191	Guabiruba	2018	3.072
<b>Total de Indenizações, considerando valor inicial, no ano de saída:</b>					<b>482.705</b>

## 14. ATIVO FISCAL DIFERIDO

A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza da Provisão:	31/03/2024				31/12/2023
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Créditos de liquid. duvidosa	77.907	19.477	7.012	26.489	25.058
Contingências trabalhistas	11.821	2.955	1064	4.019	4.081
Contingências cíveis	65.292	16.323	5.876	22.199	22.205
Contingências ambientais	-	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	1.982
<b>Total</b>	<b>155.020</b>	<b>38.755</b>	<b>13.952</b>	<b>52.707</b>	<b>53.326</b>
<b>Classificação do ativo diferido:</b>					
Realizável a longo prazo				<b>52.707</b>	<b>53.326</b>

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

## Notas Explicativas

As movimentações do ativo fiscal diferido foram as seguintes:

Imposto de Renda Diferido Ativo	01 de janeiro de 2023	Creditado /Debitado à DRE	31 de dezembro de 2023	Creditado /Debitado à DRE	31 de março de 2024
Provisão crédit. liquid. duvidosa	20.121	4.937	25.058	1.431	26.489
Provisão para contingências	27.162	(876)	26.286	-68	26.218
Prejuízo Fiscal	13.328	(11.346)	1.982	(1.982)	-
Ajuste a Valor Justo	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>60.611</b>	<b>(7.285)</b>	<b>53.326</b>	<b>(619)</b>	<b>52.707</b>

## 15. INTANGÍVEL, ATIVO DE CONTRATO E IMOBILIZADO

Os ativos Intangível, Imobilizado e Ativos de Contrato da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

### 15.1. Ativos Intangíveis

	31/12/2023 Líquido	Amortização	Baixas e Ajustes	Aquisições / Transf.	31/03/2024 Líquido
<b>Sistema de Água</b>	599.504	(20.565)	(201)	77.485	656.111
<b>Sistema de Esgoto</b>	1.073.023	(20.431)	-	8.221	1.060.959
<b>Total</b>	<b>1.672.527</b>	<b>(40.996)</b>	<b>(201)</b>	<b>85.706</b>	<b>1.717.036</b>

### 15.2. Ativos de Contrato

Os Ativos de Contratos (obras em andamento) referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representados:

	31/03/2024	31/12/2023
Produção	331.912	341.365
Distribuição	63.028	75.787
Projetos e obras de operação Imediata	12.615	46.904
<b>Total Água</b>	<b>407.555</b>	<b>464.056</b>
Coleta, tratamento, lançamento final, projetos e estudos	835.212	800.651
Projetos e obras de operação Imediata	1.680	3.381
<b>Total Esgoto</b>	<b>836.892</b>	<b>804.032</b>
Projetos e obras administrativas	14.997	15.706
Estoques de obras, adiantamentos e convênios municipais	15.298	14.883
<b>Total Obras Administrativas e Estoque de Obras</b>	<b>30.295</b>	<b>30.589</b>
<b>Total Ativos de Contrato</b>	<b>1.274.742</b>	<b>1.298.677</b>



## Notas Explicativas

A posição e movimentação das obras em andamento do período está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2023	Adições	Transferências	31/03/2024
Ativos de Contrato	1.298.677	77.704	(101.639)	1.274.42

### 15.3. Ativos Imobilizados (administrativos)

Os ativos imobilizados são todos os bens da Companhia destinados às atividades administrativas:

	31/12/2023 Líquido	Depreciação	Baixas e Ajustes	Aquisições / Transf.	31/03/2024 Líquido
Ativos Administrativos	60.935	(2.605)	(26)	929	59.233

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação. Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31/03/2024	31/12/2023
Ativos reavaliados	234.813	240.020
Tributos sobre a reavaliação	(59.579)	(60.901)
<b>Saldo da reavaliação</b>	<b>175.234</b>	<b>179.119</b>

### 15.4. Investimentos no período

De janeiro a março de 2024, o montante de investimentos registrado pela Companhia nos municípios catarinenses foi de **R\$92.215**. Abaixo, destacamos as maiores obras investidas durante o período.

Município	Obra	
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (Bacias D/F)
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande
São José e Florianópolis	Esgoto	Construção da Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas
Diversos	Água	Aquisição de tubulações
Diversos	Água	Aquisição de reservatórios
Xanxerê, Xaxim e Chapecó	Água	Construção do Sistema integrado de abastecimento do Rio Chapecozinho
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos Ingleses
Curitibanos	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário
Mafra	Esgoto	Implantação do Sistema Integrado de Esgotamento Sanitário

## Notas Explicativas

## 15.5. Depreciação e Amortização

De maneira geral, as taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	31/03/2024	31/12/2023
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

## 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto à Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro. A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, apresentada nas notas explicativas abaixo:

	31/03/2024		
	Dívida	(-) Juros a Apropriar	Dívida Líquida (AVP)
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	207.670	(15.631)	192.039
Japan International Cooperation Agency - JICA	382.507	(29.640)	352.867
<b>Total de Operações líquidas no exterior</b>	<b>590.177</b>	<b>(45.271)</b>	<b>544.906</b>
Caixa Econômica Federal – CAIXA	288.698	(98.378)	190.320
Debêntures	1.726.601	(565.189)	1.161.412
Banco Safra	21.618	0	21.618
Banco do Brasil	177.621	(67.954)	109.667
Banco ABC	81.452	(19.860)	61.592
<b>Total Operações Líquidas no país</b>	<b>2.295.990</b>	<b>(751.381)</b>	<b>1.544.609</b>
<b>Total Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>2.886.167</b>	<b>(796.652)</b>	<b>2.089.515</b>

A seguir, a comparação com o ano de 2024 e 2023, pelos seus valores líquidos:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	57.420	54.955	134.619	133.464	Nota Exp.
Japan International Cooperation Agency - JICA	34.210	34.542	318.657	332.781	1,20% a.a.
<b>Total de Operações no exterior</b>	<b>91.630</b>	<b>89.497</b>	<b>453.276</b>	<b>466.245</b>	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 de março de 2024.

Em milhares de reais



## Notas Explicativas

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	
Caixa Econômica Federal	12.909	12.680	177.411	180.138	Nota Exp.
Debêntures	182.285	175.686	979.127	1.016.905	Nota Exp.
Banco Safra	21.618	23.591	0	3.917	Nota Exp.
Banco ABC	36.709	36.769	24.883	27.647	Nota Exp.
Banco do Brasil	500	527	109.167	109.167	Nota Exp.
<b>Total de Operações no país</b>	<b>254.021</b>	<b>249.253</b>	<b>1.290.588</b>	<b>1.337.774</b>	
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>345.651</b>	<b>338.750</b>	<b>1.743.864</b>	<b>1.804.019</b>	

a. Em 31 de março de 2024 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2023).

b. As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano	31/03/2024
Amortizações para 2024	273.329
Amortizações para 2025	335.195
Amortizações para 2026	476.786
Amortizações para 2027	314.532
Amortizações para 2027 em diante	689.673
<b>Total</b>	<b>2.089.515</b>

c. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo 1 Euro equivalente a R\$5,3979 em 31 de março de 2024 e R\$5,3516 em 31 de dezembro de 2023 e, 1 Iene equivalente a R\$0,03301 em 31 de março de 2024 e R\$0,03422 em 31 de dezembro de 2023.

### **Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD**

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte de Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3º aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 31 de março de 2024 o saldo devedor é de R\$192.039 equivalente a €35.577.



## Notas Explicativas

### **Japan International Cooperation Agency – JICA**

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de ¥12.324.000 para as obras e de ¥2.102.000 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Até 31 de março de 2024 a Companhia recebeu o montante de R\$465.071 (¥11.666.833) para as obras e de R\$70.401 (¥2.421.970) para consultoria. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20 de março de 2017 e finalizará em 20 de março de 2035. Em 31 de março de 2024 o saldo devedor é de R\$352.867 equivalente a ¥10.642.320.

### **Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras**

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

<b>Ano dos contratos</b>	<b>Vencimentos finais</b>	<b>31/03/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
2010	2032	16.521	16.866
2012	2034 a 2036	173.798	175.952
<b>Total</b>		<b>190.320</b>	<b>192.818</b>

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

### **Debêntures - 2ª Emissão**

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a segunda emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a. Em 31 de março de 2024 o saldo devedor é de R\$442.081.

### **Debêntures Simples e Incentivada - 3ª Emissão**

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de novembro de 2023 ("Aprovação Societária"), foram aprovadas as condições da oferta pública de distribuição da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até 02 (duas) séries, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos

## Notas Explicativas

termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), sob o rito de registro automático, sob regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais aplicáveis ("Oferta");

O valor da emissão ficou em 500.000 mil (quinhentas mil) referente às Debêntures Simples da primeira série e 280.000 (duzentos e oitenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2028 e a sua amortização inicia em 16 de novembro de 2025.

O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2033 e a sua amortização inicia em 16 de maio de 2026.

Em 31 de março de 2024 o saldo devedor é de R\$502.809 das Debêntures Simples e de R\$288.556 da Incentivada.

### **Banco Safra**

Em 30 de março de 2022, foi contratado uma CCB - Cédula de Crédito Bancário com o Banco Safra S/A no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com uma taxa de juros de 0,2304% ao mês e taxa CDI correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos CDI – "base over", divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A carência ficou de 12 meses, com vencimento inicial em 27 de março de 2023 e final em 12 de fevereiro de 2025. Em 31 de março de 2024 o saldo devedor é de R\$21.618.

### **Banco do Brasil**

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das debêntures foi amortizado o valor de R\$16.911 do contrato. Em 31 de março de 2024 o saldo devedor é de R\$22.357.



## Notas Explicativas

Em 17 de Fevereiro de 2023, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$50.000 (Cinquenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,6% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de fevereiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das debêntures foi amortizado o valor de R\$14.130 do contrato. Em 31 de março de 2024 o saldo devedor é de R\$36.035.

Em 3 de Maio de 2023, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$70.000 (Setenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,45% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de abril de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das debêntures foi amortizado o valor de R\$18.958 do contrato. Em 31 de março de 2024 o saldo devedor é de R\$51.275.

### **Banco ABC**

Em 31 de Maio de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extragrupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 19 de maio de 2023 e final em 28 de abril de 2027. Em 31 de março de 2024 o saldo devedor é de R\$36.564.

Em 23 de Dezembro de 2023, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$25.000. (Vinte e cinco milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. Em 29 de setembro de 2023 foi realizado um aditivo do contrato prorrogando a amortização. A amortização ficou com vencimento único em 22 de novembro de 2024. Em 31 de março de 2024 o saldo devedor é de R\$25.027.

### **European Investment Bank -BEI**

Em 14 de dezembro de 2023 foi assinado o contrato de financiamento junto ao European Investment Bank – BEI, no montante de €100.000 (cem mil euros) que tem como objetivo realizar investimentos em águas residuais e infraestrutura hídrica em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento será definida nas datas dos desembolsos. Até 31/03/2024 não ocorreu nenhum desembolso.

## Notas Explicativas

## 17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos

	31/03/2024	31/12/2023
<b>Circulante:</b>		
Provisão para férias	47.512	43.892
INSS	8.239	8.221
FGTS	1.931	2.837
IR s/folha de pagamento	5.983	9.132
Consignações	2.642	2.568
Salários	14.078	14.461
Outros	799	767
<b>Total Circulante</b>	<b>81.184</b>	<b>81.878</b>
<b>Não Circulante:</b>		
Participação em resultados	3.176	3.176
<b>Total Não Circulante</b>	<b>3.176</b>	<b>3.176</b>

## 18. TRIBUTOS A RECOLHER

As composições eram conforme aberturas nos seguintes valores:

	31/03/2024	31/12/2023
<b>Circulante:</b>		
REFIS	2.200	4.367
COFINS	9.846	20.050
COFINS PARCELAMENTO	22.945	17.573
PIS	2.127	4.332
PIS PARCELAMENTO	4.963	3.803
Imposto de Renda - retenções	187	350
Imposto de Renda sobre lucro real	16.663	17.616
PIS/COFINS/CSLL - retenções	683	1.324
INSS de terceiros	947	949
Contribuição social sobre lucro real	6.148	6.806
Outros	684	703
<b>Total circulante</b>	<b>67.393</b>	<b>77.873</b>
<b>Não circulante:</b>		
REFIS	552	577
COFINS PARCELAMENTO	78.738	62.966
PIS PARCELAMENTO	17.033	13.626
<b>Total não circulante</b>	<b>96.323</b>	<b>77.169</b>

## Notas Explicativas

Em abril de 2023, após análise financeira de mercado, a Companhia optou por iniciar o parcelamento em 60 vezes, do pagamento dos débitos com PIS e COFINS sobre faturamento, conforme regras da receita federal.

Em 2009 a Companhia decidiu pela adesão da Lei 11.941/09, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 28 de setembro de 2011.

Os saldos e a mutação do REFIS nas demonstrações contábeis está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Saldo anterior	4.367	8.418	577	4.755
Transferências	38	4.455	(38)	(4.455)
Atualizações (TJLP)	41	186	13	277
Amortizações	(2.246)	(8.692)	-	-
<b>Total</b>	<b>2.200</b>	<b>4.367</b>	<b>552</b>	<b>577</b>

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$59.579 em 31 de março de 2024 (R\$60.901 em 31 de dezembro de 2023), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

## 20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	31/03/2024	31/12/2023
Provisão contingências cíveis	65.292	65.307
Provisão contingências trabalhistas	11.821	12.002
<b>Total Provisões</b>	<b>77.113</b>	<b>77.309</b>
<b>Total Depósitos dados em garantia</b>	<b>(108.965)</b>	<b>(108.598)</b>
<b>Insuficiência (Suficiência) da cobertura</b>	<b>(31.852)</b>	<b>(31.289)</b>





## Notas Explicativas

Em 31 de março de 2024 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$875.957 (R\$718.700 em 31 de dezembro de 2023).

### 20.1. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento.

### 20.2. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações, demissões sem justa causa etc.), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estima e provisiona o valor em face de eventuais perdas nesses processos.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores de provisões os processos classificados em perdas possíveis ou remotas.

## 21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### 21.1. Plano CASANPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a empresa Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota, na referida data base.

Em 31 de março de 2024 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$59.011 (R\$59.011 em 31 de dezembro de 2023).

O Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos

A seguir demonstramos a projeção da despesa para o exercício de 2024:

<b>Componentes do custo / (receita) próximo exercício</b>	<b>31/12/2024</b>
Custo do serviço corrente (parte patronal) (1+2)	(1.122)
1 Custo do serviço corrente bruto	1.270
2 Contribuições esperadas de ativos para próximo exercício	(2.392)
Custo líquido dos juros	5.183
<b>Custo do benefício pós-emprego no período</b>	<b>4.061</b>



## Notas Explicativas

O valor da despesa projetada para o exercício de 2024 será contabilizada no mês de dezembro de 2024.

Em 28/03/2024, o Conselho de Administração, na 437ª Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – CASANPREV referente ao Exercício de 2022, no valor de R\$24.775 apurados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001 e com a Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit será equacionado paritariamente pela Patrocinadora (CASAN), participantes e assistidos do plano CASANPREV, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de R\$12.234, a ser pago através de parcelas mensais, iniciando-se em abril de 2024 cujo prazo total é de 18 anos, com o valor nominal da parcela mensal inicial no montante de R\$92.

A amortização mensal das parcelas será dada pela Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 4,86% ao ano e atualizadas mensalmente, a partir da data base, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a ser utilizado no Plano CASANPREV.

Deste modo, o passivo atuarial do Plano refletirá o equacionamento quando o mesmo for atualizado, ao final do exercício de 2024.

### 21.2. Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018)

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 prestações.

	31/03/2024	31/12/2023
PDVI 2017 – Passivo Circulante	90.024	89.523
PDVI 2017 – Passivo Não Circulante	94.363	115.896
<b>Total PDVI</b>	<b>184.387</b>	<b>205.419</b>

## 22. PARTES RELACIONADAS

### 22.1. Transação com Partes Relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado, via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento, e a acionista CELESC.

Descrição	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Gov. do Estado-SC (Precatórios) <sup>1</sup>	-	-	29.509	24.612	-	-	-	-
Secretaria do Estado da Fazenda	5.470	5.839			9.762	9.235	-	-
SEFAZ (BNDES) <sup>2</sup>			3.889	6.798			76	1.016
Celesc	59	60	10.252	9.628	141	176	31.552	29.681
<b>Total</b>	<b>5.529</b>	<b>5.899</b>	<b>43.650</b>	<b>41.038</b>	<b>9.903</b>	<b>9.411</b>	<b>31.628</b>	<b>30.697</b>

<sup>1</sup> A CASAN ingressou ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios do Estado de Santa Catarina, compondo o passivo de dívidas do Estado.

<sup>2</sup> Com a interveniência do Estado de Santa Catarina, em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, com juros de 3,54% ao ano + TJLP, que está sendo amortizado em 150 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2024. Em 4 de agosto de 2010 a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção destas obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES. Dessa forma, os valores devidos ao BNDES são, contabilizados como empréstimos e financiamentos referente a Partes Relacionadas, no passivo não circulante, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

### 22.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração global dos administradores para o exercício de 2024 foi aprovada pela 54ª/2023 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 29 de abril de 2024, no montante global de até R\$4.827. Em 2023 a aprovação se deu pela 53ª/2023 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2023, no montante de até R\$4.091.

Abaixo, apresentamos o quadro de remuneração dos administradores:

Descrição	31/03/2024	31/03/2023
Salário ou Pró-labore	593	511
Benefícios diretos e indiretos	221	371
Representações	39	35
Diárias	11	13
<b>Total</b>	<b>864</b>	<b>930</b>



## 23. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.266 em 31 de março de 2024 (R\$18.266 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 24.1. Capital Social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$1.224.547 em 31 de março de 2024 (idem em 31 de dezembro de 2023), representado por 1.039.655.158 ações (idem em 31 de dezembro de 2023).

Composto por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, e ações preferenciais todas nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações, sendo que as ações preferenciais têm direito a um recebimento 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

Acionistas	31/03/2024 e 31/12/2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Governo do Estado de Santa Catarina	460.598.011	465.460.017	926.058.028
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429
Demais Acionistas	57.459	48.242	105.701
<b>Total de ações</b>	<b>517.368.721</b>	<b>522.286.437</b>	<b>1.039.655.158</b>

### 24.2. Reserva de Lucros

#### Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder a 20% do capital social.

#### Reserva para Fundo de Investimentos

Conforme art. 72º do Estatuto Social da CASAN, o saldo remanescente (após a destinação da reserva legal e dividendos) será destinado a uma Reserva para Plano de Investimentos, que

## Notas Explicativas

terá por finalidade assegurar investimentos em água e esgotamento sanitário ou acréscimo ao capital de giro para amortização de dívidas.

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social.

### 24.3. Resultado por Ação

	31/03/2024	31/03/2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	42.598	29.959
Quantidade total de ações	1.039.655.158	949.739.585
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	0,0409	0,0315

### 24.4. Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa nº 21) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

## 25. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia no primeiro trimestre de 2024 e 2023 estão apresentadas abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
Tarifas de água	396.425	348.855
Tarifas de esgoto	108.747	93.717
Outras receitas de serviços de água	5.758	4.465
Outras receitas de serviços de esgoto	15	19
<b>Total do faturamento</b>	<b>510.945</b>	<b>447.056</b>
Impostos sobre vendas e outras deduções	-47.929	(42.481)
<b>Total receita líquida</b>	<b>463.016</b>	<b>404.575</b>

A Companhia apresenta a receita operacional líquida sem os valores da Receita de Construção (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente).

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção (CPC 47) vinculados aos contratos de concessões até 31 de março de 2024, no montante de R\$77.704 (R\$85.731 em 31 de março de 2023), ou seja, com margem nula.

## Notas Explicativas

## 26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	31/03/2024	31/03/2023
Salários e encargos*	126.275	108.905
Materiais	28.830	32.291
Serviços de terceiros	90.394	91.701
Gerais e tributárias	15.551	13.088
Depreciações, amortizações e provisões	40.937	31.736
Amortização direito de uso de bem	7.054	4.580
Perdas realização créditos e Provisão devedores duvidosos	13.962	9.351
Recomposição de pavimentação	7.244	7.330
Fundos para programas municipais**	19.524	18.744
<b>Total</b>	<b>349.771</b>	<b>317.726</b>

## 27. GASTOS COM EMPREGADOS

Segue abaixo a relação dos gastos com empregados da Companhia:

	31/03/2024	31/03/2023
Salários	48.405	44.123
Férias, Abono e 13º Salário	13.999	12.695
Custos previdenciários	21.966	19.762
FGTS	5.653	5.112
Programa de alimentação	12.687	9.967
Programa de saúde	11.148	7.380
Gratificações	8.972	7.740
PDVI – Demissão voluntaria incentivada	1.301	128
Outros benefícios	2.144	1.998
<b>Total</b>	<b>126.275</b>	<b>108.905</b>
<b>Número de empregados</b>	<b>2.751</b>	<b>2.605</b>

## 28. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia em 31 de março de 2024 e 2023 está apresentado abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Descontos obtidos	266	185
Juros ativos	685	884
Rendimento de aplicações financeiras	10.577	2.504
Acréscimos por inadimplências contratuais	4.203	-
Ganho com recuperação de crédito	50	-
Outros		3.169
<b>Total Receitas Financeiras</b>	<b>15.781</b>	<b>6.742</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 de março de 2024.**

Em milhares de reais

**Notas Explicativas**

	31/03/2024	31/03/2023
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(58.096)	(51.044)
Variações monetárias e cambiais (reversão)	273	3.442
Multas e juros*	(8.187)	-
Correção monetária	(98)	
Outras	(784)	(1.058)
<b>Total Despesas Financeiras</b>	<b>(66.892)</b>	<b>(48.660)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(51.111)</b>	<b>(41.918)</b>

\*Valores de juros e multas referem-se aos juros do parcelamento dos tributos PIS e COFINS.

## 29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 31 de março de 2024, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 21 e 20, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

	31/03/2024	31/03/2023
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Indenizações e ressarcimento de despesas	20	34
Comissão prestação de serviços/convênios	270	265
Reversão Causas trabalhistas	264	29
Reversão Causas cíveis	264	9
Vendas de bens do imobilizado	665	-
Contribuições e doações	1.364	378
Outras	10	9
<b>Total Outras Receitas Operacionais</b>	<b>2.857</b>	<b>724</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Baixa de imobilizado	(230)	(92)
Fiscais e tributárias	(54)	(191)
<b>Total Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(284)</b>	<b>(283)</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas</b>	<b>2.573</b>	<b>441</b>

## 30. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de março de 2024 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$69.775. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Companhia aluga 599 veículos leves que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.



## Notas Explicativas

### 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

As Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por meio da Resolução nº 281/2024, de 25 de abril de 2024; ARIS – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, por meio da Deliberação nº 011/2024, de 26 de abril de 2024; AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, através da Decisão nº 264/2024, de 26 de abril de 2024; e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Resolução nº 151/2024, de 26 de abril de 2024, autorizaram a Revisão Tarifária Extraordinária da CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento).

O índice de 16,08% foi autorizado para corrigir fatores de desequilíbrio econômico-financeiro ocorridos desde 2017 e afetará as tarifas de Água, Esgoto, Serviços e Infrações, sendo aplicado a partir do mês de junho de 2024.

1 metro cúbico (m<sup>3</sup>) = 1 mil litros de água

Intervalo R\$/m <sup>3</sup>	Residencial	Residencial Social	Comercial	Micro Peq. Comércio	Industrial	Pública Órgãos públicos federais, estaduais e municipais	Pública Especial Entidades Beneficentes/Filantrópicas
<b>TFDI* R\$/mês</b>	43,31	8,07	43,31	43,31	43,31	43,31	12,99
<b>0 a 10</b>	2,88	0,54	6,37	4,49	6,37	6,37	1,90
<b>11 a 25</b>	13,38	3,84	17,89	17,89	17,89	17,89	5,36
<b>26 a 50</b>	17,89	17,89					
<b>Acima de 50</b>	22,51	22,51	22,51				

(\*)TDFI = Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura

\*\*\*\*\*



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

Relatório sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

Referente ao 1º trimestre do exercício de 2024.

Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Acionistas e aos Conselheiros da

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

Florianópolis – SC Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO (“CASAN”),

referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração das informações trimestrais, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Ênfases

##### Benefícios a Empregados (Nota Explicativa 3 “10” e 21 “1”)

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar na modalidade de Contribuição Variável. Em 31 de março de 2024, a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$ 59.011 mil. Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

##### Plano de Demissão Voluntária Incentivada (Nota Explicativa 3 “11” e 21 “2”)

A Companhia possui um Plano de Demissão Voluntária Incentivada. Em 31 de março de 2024, a Companhia apresenta, a título de obrigações com o PDVI, o montante de R\$ 184.387 mil no Passivo Circulante e Não Circulante. Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

#### Outros Assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) individual, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que

nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Barueri, 3 de maio de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Jorge Luiz Menezes Cereja  
Contador 1 CRC RS 43679/O  
Sócio Responsável Técnico

Rosangela Pereira Peixoto Guarda Rodrigues  
Contadora CRC RS 65.932/O-7

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as informações relativas ao 1º ITR encerrado em 31 de março de 2024.

Florianópolis, SC, 13 de maio de 2024.

Edson Moritz  
Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Natan Marcondes Monteiro Osorio  
Diretor Administrativo

Giovani Pickler  
Diretor Comercial

Pedro Joel Horstmann  
Diretor de Operação e Expansão

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais do período encerrado em 31 de março de 2024.

Florianópolis, SC, 13 de maio de 2024.

Edson Moritz  
Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Natan Marcondes Monteiro Osorio  
Diretor Administrativo

Giovani Pickler  
Diretor Comercial

Pedro Joel Horstmann  
Diretor de Operação e Expansão